

Inventário Cultural da Ayahuasca (*)

Edson Lodi (**)

Em 2008, fui convidado pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) para um encontro na Assembleia Legislativa de Rio Branco, Acre, com algumas das principais lideranças ayahuasqueiras do estado. Contamos com a presença dos assessores da deputada, Paulo de Tasso e Fátima Nobre, e também de membros da direção da União do Vegetal (UDV) em Rio Branco. Iniciou-se, na ocasião, um grande passo para o reconhecimento, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do uso ritualístico da Ayahuasca como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira.

Na sequência, naquele mesmo ano, foi entregue ao então ministro da Cultura Gilberto Gil, por ocasião de sua visita ao Acre, um documento solicitando o registro do “Uso Ritual da Ayahuasca” como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, assinado pelos responsáveis das Fundações Culturais do Estado do Acre e do Município de Rio Branco e pelos dirigentes do Alto Santo, da Barquinha e da União do Vegetal.

Ainda que não parem dúvidas quanto à legitimidade do uso do chá Ayahuasca nos rituais religiosos, conforme resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), construída após amplo debate entre os segmentos mais representativos do uso da Ayahuasca nos centros urbanos, persistem preconceitos motivados, em grande parte, pelo desconhecimento do assunto.

Estes embates com o poder público têm sido oportunidades singulares para o avanço neste processo de institucionalização, mesmo que o primeiro momento deste embate ocorra sob o símbolo do preconceito, da repressão e da falta de conhecimento do poder público e da sociedade mais ampla em relação às religiões ayahuasqueiras. Todavia, sabemos que não existem acasos. E o que parece coincidências são, na verdade, sinais, caminhos deixados. As pedras no caminho muitas vezes são o caminho das pedras.

Então, onde nós encontramos uma dificuldade, uma prisão, uma repressão, na verdade às vezes é a abertura para uma realização futura. (Alves *apud* Bernardino Costa, 2011, p. 250)

O momento é oportuno para reiniciar a busca de novos parâmetros, na continuidade do diálogo com o Estado, que possam demonstrar a contribuição cultural do uso da Ayahuasca à sociedade brasileira, além dos aspectos jurídicos e farmacológicos – etapas que já nos parecem vencidas. Caminho este já apontado pela requisição encaminhada ao Conselho Federal de Entorpecentes (Confen), em 1985, em defesa do uso ritualístico da Ayahuasca:

A solicitação de reexame da matéria, inclusive sob os aspectos de ordem sociológica, química, farmacológica, antropológica, cultural e jurídico-constitucional, prende-se ao fato de a referida substância ser utilizada na preparação de um chá, por algumas entidades de cunho religioso, dentre elas o Centro Espírita Beneficente União do Vegetal, sociedade esta com cerca de 2.000 sócios, sendo já reconhecida como de Utilidade Pública em diversos lugares. (Confen, 1985)

Sentiu-se, portanto, a necessidade de voltar nosso olhar – até então diligente no trato das questões químicas, farmacológicas e jurídicas –, para os aspectos antropológicos e culturais envolvidos no uso ritualístico da Ayahuasca. Este é o momento de se debruçar sobre este grande manancial e nele resgatar, registrar, inventariar e salvaguardar as expressões culturais e a imensa variedade de saberes, ofícios e celebrações, presentes nas cosmologias ayahuasqueiras.

É imensa a importância e a profundidade das práticas culturais ayahuasqueiras neste país de grande diversidade, plasticidade e capacidade de articulação e integração sincrética nos planos ético e estético vinculados a práticas religiosas. Já entre os povos indígenas amazônicos contratados no período colonial, há registros de que o uso ritual da Ayahuasca se coadunava com intensas trocas culturais e materiais. Estes povos também estão convidados a participar deste

Inventário Cultural, que é o primeiro passo nessa direção. O que significa este inventário? Podemos conceituá-lo simplesmente como a realização de pesquisas que nos possibilitem maior conhecimento do bem cultural em questão.

Portanto, a solicitação deste registro – cuja primeira etapa é a realização do Inventário Cultural – tem como objetivo a preservação de bens de valor histórico e cultural. Todavia, é utilizado somente para o caso de bens de natureza imaterial, que podem ser festas, rituais, conhecimentos, costumes, lugares e modos de fazer, entre outros aspectos das tradições culturais de determinado grupo, neste caso, as comunidades ayahuasqueiras. O registro só é concedido quando é caracterizada sua importância para a formação cultural da sociedade brasileira, o que para a nação ayahuasqueira é de grande valia.

A empresa Marques & Barbosa Ltda., de Rio Branco, ganhou a licitação promovida pelo IPHAN/AC para iniciar o levantamento preliminar de material bibliográfico e documental acerca dos principais bens culturais da Ayahuasca e de seus articuladores. Tal trabalho irá subsidiar a realização das duas etapas posteriores do inventário, de modo a permitir a avaliação da pertinência do registro da Ayahuasca como Patrimônio Histórico Imaterial do Brasil.

Os consultores que compõem a equipe são: Marcélia Marques do Nascimento, Sandra Lúcia Goulart, Wladimir Sena Araújo e Flávia Burlamaqui. Sergio Polignano, Edward MacRae, Marcos Vinicius Neves e Edson Lodi, foram convidados depois para integrar o grupo na função de colaboradores.

Essa equipe de pesquisadores responsáveis pelo inventário do “Uso Ritual da Ayahuasca” esteve reunida em Rio Branco dos dias 15 a 17 de fevereiro de 2012. Durante este período, aconteceu o Curso de Capacitação, do qual participaram, além da equipe, o superintendente do IPHAN no estado e técnicos da instituição. Estiveram presentes, ainda, representantes de comunidades indígenas: Assessoria Especial dos Povos Indígenas do Acre; Comissão Pró-Índio do Acre – CPI; Federação do Povo Huni Kuin do Acre – FEPHAC, e Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Um dos objetivos dos pesquisadores é ampliar ao máximo as possibilidades para que os grupos ayahuasqueiros sejam comunicados das atividades e que se

sintam motivados a participar deste inventário. Para isso, será elaborado e distribuído um *folder* com explicações didáticas sobre o que significa e o que representa esse trabalho. Com relação às comunidades indígenas que fazem uso da Ayahuasca, será promovido pelo IPHAN um seminário para discutir amplamente o tema. A decisão de participar ou não do inventário ficará a cargo das lideranças indígenas.

O que se pretende com este inventário é ter elementos suficientes para, após o registro, fazer jus ao título de Patrimônio Histórico Imaterial do Brasil, o que nos permitirá receber ações de preservação e valorização por parte do poder público.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze (Org.). *Hoasca: ciência, sociedade e meio ambiente*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE ENTORPECENTES (COFEN). Resolução nº 4, de 30 de junho de 1985. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 1985. Seção I, p. 11397.

(*) Uma versão semelhante deste texto foi publicada em: http://pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28586&Itemid=35

(**) **Edson Lodi** é poeta e autor dos livros “Estrela da Minha Vida”, “Travessia” e “Relicário - Imagens do Sertão”, além de diversos escritos. É Coordenador de Relações Institucionais da UDV.